

DOUGLAS SANTOS*

Como foi sua participação no movimento de 1978 da Geografia?

É preciso lembrar, primeiramente, que não estive no Encontro de Fortaleza. Aquele (1978) foi meu primeiro ano como estudante de Geografia e não consegui me organizar financeiramente para poder participar daquela viagem. Outro aspecto importante, que pode ajudar no entendimento de minha participação naquele período, é lembrar que entrei na USP para participar do movimento estudantil e não exatamente para ser um geógrafo (ou filósofo, na medida em que essa foi a minha primeira opção no vestibular). Na época eu militava em uma organização clandestina chamada Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) e, se bem me lembro, no primeiro semestre daquele ano tive muita dificuldade em identificar e me reunir com meus companheiros. Quando o Congresso de Fortaleza aconteceu, ficou impossível a minha participação.

Por outro lado, muito rapidamente conseguimos (eu e meus companheiros) participar das direções da União Paulista de Estudantes de Geografia, do Centro Acadêmico Capistrano de Abreu (ou Cege-USP como é mais conhecido) e da comissão nacional para a efetivação do primeiro Encontro Nacional de Estudantes (realizado em Goiânia em 1979). Lembro-me, ainda, que em julho de 1979, nas dependências da FFLCH da USP - mais especificamente no Anfiteatro de Geografia - tivemos a assembléia para mudança estatutária. Creio que foi ali que o encontro de Fortaleza terminou de fato. Estudantes das principais universidades do país estiveram presentes e exigiram (e conquistamos) o direito de voz e voto. Com o final da assembléia já tínhamos uma nova diretoria nacional numa gestão tampão (até dezembro do mesmo ano). Iniciamos ali o doloroso caminho de construir e realizar o encontro do Rio de Janeiro. Por fim, na assembléia de dezembro, realizada em Goiânia para aproveitar a presença maciça de estudantes, fui, pela primeira vez, membro da DEN. Na época, Carlos Walter Porto Gonçalves substituiu Ruy Moreira como presidente da entidade.

* Professor do Departamento de Geografia da PUC-SP. Entrevista feita por e-mail em junho de 2008.

Quais foram os erros e os acertos daquele movimento?

A pergunta, colocada 30 anos depois, nos levaria a construir reflexões incabíveis para aquele momento. Muitos foram os atores daquele processo. Alguns procurando evitar que ele se realizasse, outros procurando acelerá-lo a todo custo. Creio que, ao invés de falarmos de erros e acertos seria mais interessante avaliar os interesses, expectativas e capacidades de realização política de cada um daqueles grupos.

Onde se encontrava o impasse? Ora, tal como o movimento pela anistia e pelas liberdades democráticas, o congresso de Fortaleza uniu um amplo espectro de sujeitos políticos, com posicionamentos e perspectivas muito diferentes. Unimo-nos em torno de uma bandeira comum que foi se tornando cada vez mais palatável para a sociedade brasileira como um todo: era necessário superar a era militar, tínhamos de acabar com a ditadura. Alguns viam nisso um retorno puro e simples à democracia, nos moldes em que ela havia sido suprimida na época Goulart. Outros queriam menos, considerando o final da ditadura uma maneira de evitar que o acúmulo de problemas políticos e econômicos acabasse levando a uma revolução socialista. Havia, ainda, aqueles que acreditavam que estávamos dando passos importantes rumo a esta tal "revolução socialista". Não nos esqueçamos, ainda, dos que apostavam na necessidade de manter os militares no poder e, por fim, uma imensa quantidade de pessoas que pouco ou nada compreendiam ou participavam de todo o processo e suas dissensões.

As fissuras e dificuldades comuns a toda a sociedade brasileira, de uma maneira ou de outra, se expressavam no interior da comunidade de geógrafos. Não eram poucos os geógrafos que olhavam com muita desconfiança a idéia de se colocar o conhecimento geográfico "a serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo oprimido". Somos uma corporação (e não estamos sozinhos nisso) com raízes positivistas absolutamente profundas. A noção de neutralidade do sujeito sempre sustentou as forças de direita (nos seus diversos matizes) e as reivindicações nascidas no interior dos movimentos populares, no contexto desse campo ideológico, nem de perto poderiam ser parâmetro para identificar ou projetar os caminhos da construção do conhecimento científico.

Por outro lado, quando pensamos nos diversos sujeitos que compunham a "esquerda", não podemos afirmar com tranquilidade que tínhamos em mente muito mais que o simples desejo de fazer, do conheci-

mento geográfico, mais uma ferramenta para o combate ideológico e, das instituições universitárias, um grande laboratório de militância política. Isto é, no momento do congresso de Fortaleza, mesmo que pese aí a presença do “Por uma Geografia Nova” de Milton Santos, ainda estávamos fazendo longos e enfadonhos balanços do passado e passando diretamente para uma prática geográfica que deveria se constituir no futuro, sem que se esclarecesse como o caminho entre um ponto e outro seria percorrido. Um exemplo interessante foi o livro de Yves Lacoste – “A Geografia, isso serve, antes de mais nada, para fazer a Guerra” – que poderia ser identificado mais como um panfleto de caráter denunciativo, que uma proposta de geografia e que, mesmo assim, foi sucesso entre muitos dos estudantes e geógrafos de esquerda daquela época.

De qualquer maneira, a fragilidade que nos identificava, longe de esvaziar rapidamente o conjunto de proposições colocadas em pauta, exigiu de todos nós um esforço de entendimento e sistematização que resultou na geografia que hoje somos capazes de produzir.

Tratou-se, na verdade, de uma apropriação coletiva da AGB, e das entidades estudantis, com o objetivo de colocar as discussões da geografia como ponto central de uma pauta que tinha, subliminarmente, a ação política contra da Ditadura Militar e a superação do “modus vivendi” capitalista como objetivos a serem conquistado.

Creio que tal aspecto é o mais importante de todo o processo. Não havia dúvidas, por parte dos militantes (nos seus diversos níveis e objetivos), que a legitimação das nossas ações políticas passava pelo domínio de nosso campo de saber e pela explicitação do significado e das possibilidades do discurso geográfico enquanto ferramenta de ação política.

Qual a importância da Upege nesse processo?

Considerando que o movimento estudantil foi decisivo na tomada de decisões e na definição de quais geógrafos, com que perspectivas políticas, seriam colocados na linha de frente do processo e, considerando ainda, que a Upege representou a entidade de maior espectro (atingíamos todos os cursos de graduação de geografia do Estado de São Paulo) político e, mais que isso, que conseguiu se legitimar frente aos demais estudantes do país, a importância dessa entidade é inegável.

Lembremos que as relações da Upege com os estudantes da Unesp (Rio Claro e Presidente Prudente) foram sendo intensificadas na medida

em que a entidade conseguiu ser a mediadora entre as novas lideranças do pensamento geográfico e o movimento estudantil. Além disso, duas outras ações foram de fundamental importância: o “Projeto Ensino” e a revista “Território Livre”.

O “Projeto Ensino” foi um esforço conjunto entre a Upege, AGB-SP e Apeoesp para reunir professores do ensino básico em torno de discussões sobre os conteúdos básicos da geografia. Foi, na verdade, o embrião do Fala Professor, realizado pela primeira vez em 1987 na Universidade de Brasília. Lembremos que algumas das intervenções realizadas no interior desse projeto resultaram em publicações que, com o formato de panfletos, foram oferecidas aos professores e estudantes da época.

A revista *Território Livre*, apesar de ter sido publicada somente dois números, representou a capacidade de mobilização e organização dos estudantes. Divulgando autores como Ruy Moreira, Milton Santos, Antonio Carlos Robert de Moraes e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a revista deixou claro a todos quem e o que importava ao movimento estudantil e quais seriam os temas que queríamos discutir.

Como ficou a AGB nas décadas seguintes?

Nos limites dados pelos movimentos que provocaram as mudanças de 78/79, a AGB conseguiu realizar a maior parte do que havia sido projetado. A “gestão coletiva”, a participação maciça de estudantes de graduação e de professores do ensino básico e a capacidade de mobilizar “corações e mentes” em, praticamente, todo o território brasileiro, mobilizando milhares de pessoas no interior de estruturas acadêmicas esclerosadas, provocando questionamentos, desequilíbrios, subversões. Por outro lado a entidade continua escorregadia o suficiente para não ter se tornado base de apoio de nenhum partido político específico, o que não a impede de ser caixa de ressonância de reivindicações importantes de alguns movimentos populares. Outro aspecto ainda deve ser realçado: a AGB continua sendo o lócus privilegiado do que se pensa ou ainda haverá de se pensar sobre geografia ou, num outro ângulo de reflexão, do que se pensa ou se haverá de pensar geograficamente sobre o mundo e, portanto, o lócus de aprendizagem das velhas e das novas gerações. Um campo para além dos limites da academia sem perder a capacidade de precisar e ordenar a construção da reflexão geográfica. Assim vejo a AGB hoje. Mesmo com suas crises crônicas, seu caráter

amadorístico, sua incapacidade de verticalizar discussões corporativas e sua insistência em garantir no seu interior a presença de grupos que considero politicamente reacionários, não há nada que seja capaz de substituí-la ou superá-la.

Muitos se afastaram da AGB após 1978. Por quê?

Es specular sobre esse processo é relativamente fácil. Em meio ao embate político que naquela época se realizou, muitas foram as acusações e, não se deve esquecer, muitos de nós chegamos a festejar o afastamento de algumas figuras que, no jargão da época, representavam a direita mais empedernida.

De qualquer maneira, duas respostas podem ser construídas sem que, necessariamente, se eliminem: uma primeira teria de levar em consideração que parte considerável dos militantes da AGB, daquela época, possuía raízes profundas no pensamento funcionalista e dificilmente admitiria que o conhecimento científico poderia ser produzido tendo como referência explícita a defesa de classes sociais específicas e, mais que isso, que tais classes e tais conhecimentos advogassem algum estatuto de verdade. Um segundo aspecto, talvez menos nobre, envolvia o credo de muitos desses senhores de que, com seus afastamentos, iríamos colocar a entidade a perder e, assim, na pior das hipóteses ela desapareceria e eles construiriam outra ou, na melhor das hipóteses, os chamaríamos de volta para salvar o que porventura houvesse restado.

Creio que os últimos 30 anos foram suficientes para mostrar que o projeto de AGB esboçado em 78/79 sobreviveu e se fortaleceu nos seus aspectos mais importantes, obrigando muitos dos que se foram (e outros tantos dos que ficaram ou entraram na entidade naquele período) a um aprendizado de convivência.

Houve alguma grande contribuição teórico-metodológica do movimento de 1978 para a Geografia?

Muitas e imensas. Evidentemente que citar nomes não significa, de forma direta e objetiva, identificar contribuições teórico-metodológicas. Acontece que não estou conseguindo responder à questão sem iniciar por uma listagem que, certamente, será negada por alguns (na medida em que tais geógrafos já possuíam um reconhecimento no interior da comunidade geográfica que antecede ao movimento de 78/79). Na minha leitu-

ra, no entanto, independentemente dos acontecimentos progressos e, mesmo, da vontade pessoal de qualquer um de nós, o movimento redefiniu as forças políticas e o formato da realização do diálogo entre os acadêmicos e os diferentes públicos externos que, de uma maneira ou de outra, vão ter contato com a produção do discurso geográfico em todo esse período (isto é, daquela época até os dias de hoje). Assim, figuras como Manoel Seabra, Gil Sodero de Toledo, Armando Corrêa da Silva, Milton Santos, Ruy Moreira, Carlos Walter Porto Gonçalves, Roberto Lobato Corrêa, Bertha Becker, Manoel Correia de Andrade, Antonio Christofolletti, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Maria Elena Simielli, Beatriz Soares Pontes, Armen Mamigonian, Antonio Carlos Robert Moraes, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Aziz Ab'Sáber e tantas outras mais que, ou passaram a acessar um público em escala nacional ou, se já tivessem esse acesso, passaram a fazê-lo sob novas mediações políticas.

A entrada de novos sujeitos e o reposicionamento daqueles que já representavam a produção geográfica em escala nacional obrigou à efetivação de diálogos que, até aquele momento, sequer tinham sido pensados, à elaboração de respostas a perguntas que ainda não haviam sido formuladas e, de forma geral, obrigou a explicitações que resultaram numa nova dinâmica da discussão sobre a qualificação do discurso geográfico produzido entre nós. Só isso, em si mesmo, já teria sido suficiente para marcar definitivamente os ritmos e rumos da nossa produção.

Acontece, no entanto, que tais reposicionamentos foram somente um dos ângulos que pode nos permitir a compreensão do processo e sua avaliação. Há, além disso tudo, uma consigna a ser considerada: a da Geografia Crítica.

Falar da Geografia Crítica me obriga a iniciar pela negatividade: o tema não nos leva a nenhum tipo de identidade de caráter teórico metodológico. Não existe uma Geografia Crítica enquanto uma forma específica de ver o mundo e a ele se referir. O que existiu foi um movimento, criado quase que espontaneamente, que mobilizou - em diferentes escalas e com diferentes posicionamentos - os geógrafos que listei acima e tantos outros que ficaria impossível construir qualquer listagem, com o objetivo explícito de provocar mudanças (ou impedir que acontecessem) que reverberassem no interior da sociedade brasileira, tanto no que se refere aos fundamentos de nossa formação econômica e social, quanto à expressão mate-

rializada da violência política da ditadura de plantão (naquela época, com profundas raízes na caserna). O final dos anos 1970 e o início dos 1980 viram consolidar-se desde movimentos como o “da Anistia” até os de construção de novos partidos, reunindo, sob uma mesma bandeira, representantes de posicionamentos políticos muito diversos. Assim foi na AGB e, igualmente, no movimento que veio a ser identificado como “Geografia Crítica”. Assim, para que possamos entrar no essencial da discussão, fica o registro de que o uso da expressão “Geografia Crítica” acabou por possuir um sentido mercadológico sem que jamais tenha conseguido identificar uma escola.

Pois bem, voltemos aos geógrafos e suas idéias.

A princípio, ainda nos idos dos anos 70 temos de nos lembrar de um pequeno livro didático, lançado em 1973 pela Editora Moderna, chamado “Estudos de Geografia”, de Melhen Adas. Quase como uma transposição do “Geografia do Subdesenvolvimento” e “Os Países Subdesenvolvidos” de Lacoste e já “capturando” as discussões que davam sentido ao grupo de geógrafos liderados por Pierre George e Jean Tricard, o livro de Adas antecipa uma discussão que só se tornará cotidiana em escala nacional depois do Congresso de Fortaleza (digo assim porque o livro de Adas se dirigiu a um público não acadêmico, isto é, aos professores do Ensino Médio). Dessa maneira, as discussões que se projetaram mais fortemente depois de Fortaleza e que foram tomando as características dos movimentos políticos que definiam as oposições mais organizadas terão de assumir uma firme inflexão no interior das diversas tradições do pensamento marxista. Em linhas gerais, e sem que isso possa ser provado numa entrevista, a influência do pensamento althusseriano foi extremamente importante (Thompson e Lefebvre surgirão, para os geógrafos, no transcorrer dos anos 80) e isso permitiu que não marxistas fizessem uso das clássicas categorias elaboradas por Marx no interior do debate de sua “crítica da economia política”. Se minha memória não falha é Armando Corrêa da Silva que chamará tal geografia de “radical”.

Esse diálogo com alguns dos fundamentos do pensamento marxista e, nesse contexto, com o assumir das reivindicações e necessidades dos movimentos populares, influenciará todo o embate e dará as características básicas ao que, anos depois, terá suas raízes firmemente fincadas na tradição estruturalista (inclusive nas suas variantes hursenianas).

Como esse movimento reverbera hoje?

Ruy Moreira, há 20 anos, escreveu um texto que ainda circula entre estudantes que ele intitulou de “E assim se passaram dez anos”. Sua pergunta, a princípio, nos levaria a construir aqui um “E assim se passaram trinta anos”. Considerando que Ruy é o nosso convidado para fazer a abertura do Encontro Nacional de Geógrafos, creio que seria mais interessante que deixássemos uma tarefa de tal envergadura para que ele dê conta. Isso, no entanto, não me permite imaginar que a pergunta foi feita ao Ruy e não a mim e, dessa forma, vou tentar dar conta, rapidamente, da tarefa.

Tal como em todos os âmbitos da discussão acadêmica, também na geografia a crise do pensamento stalinista permitiu que as diversas correntes de pensamento pudessem se expressar sem que tivessem de fazer citações ou grandes digressões com as obras mais clássicas do marxismo e, mesmo assim, sem deixar de lado suas preocupações com as reivindicações e/ou necessidades dos movimentos populares (lembramos que tais leituras também se espalharam no interior dos próprios movimentos populares), no limite do entendimento que cada corrente de pensamento se dispõe a construir.

Dito assim, podemos afirmar que do interior do movimento que foi identificado como “geografia crítica” duas grandes correntes despontaram e se consolidaram como legítimas no interior de todo o debate: a primeira, ainda a mais importante, procurando suas raízes no campo da fenomenologia hursseniana e a segunda no estruturalismo na sua versão moriniana. Tais movimentos vieram se somar aos grupos que se mantiveram nos clássicos campos do funcionalismo e do neo-positivismo e que ainda preenchem grande parte da discussão geográfica nos livros didáticos e das publicações de Estado e daqueles que ainda convivem com o pensamento enraizado no Materialismo Dialético e no Estruturalismo weberiano. Para os limites de uma entrevista, creio, não caberia multiplicar exemplos, mas, somente, identificar o quão rico é o debate e a produção contemporânea dos geógrafos brasileiros.

Tal riqueza, no entanto, também pagou e paga o seu preço. Ainda estamos muito distantes de um diálogo efetivo com os diversos entendimentos que possuímos sobre os possíveis significados de natureza, sociedade, lugar, paisagem, território, região, espaço e tantas outras categorias que nos são absolutamente caras. Mais que isso, ainda tateia-

mos a possibilidade de colocar a cartografia a serviço dos temas que nos são caros e os tratamentos que a eles temos dedicado. Um dos sintomas mais evidente do problema é a extensa bibliografia que temos acumulado sobre o significado de espaço, sem que nem ao menos cite ou evidencie a necessidade de construirmos ferramentas que permitam tratar do tema para além dos limites impostos pelas linguagens verbais, isto é, pelas linguagens que se fundam na dinâmica da temporalidade.

Tudo isso, mesmo que possa, num primeiro momento, nos dar a sensação vertiginosa de que continuamos perdidos é, na verdade, nossa riqueza atual. Quando os sujeitos dos debates se identificam e deixam de se esconder por trás de palavras mágicas como “geografia crítica”, só temos a ganhar, pois nos obrigaremos a explicitar posições e avançar nas nossas proposições.

Após 30 anos, algum arrependimento?

Absolutamente nenhum.

Quais as perspectivas da Geografia e da AGB para os próximos 30 anos?

Para que eu possa responder mais livremente esta pergunta, se me permitem, vou reformulá-la. Seria algo como “o que eu desejaria que fosse a Geografia e a AGB dentro e no transcorrer dos próximos 30 anos”. Faço tal mudança porque não creio que tenha a imaginação fértil o suficiente para imaginar a Geografia e a AGB dentro de tanto tempo. Tentei pensar se em 1978 eu tinha alguma idéia do que seria 2008 e, realmente, só pude lembrar quais eram os meus desejos e nada além disso.

Pois bem, pensando na atual conjuntura gostaria que dedicássemos os próximos 30 anos a desenvolver ferramentas analíticas mais evidentes para nosso campo de conhecimento, onde a dimensão espacial da vida se torne uma inflexão corriqueira para nossas reflexões. Nesse contexto fica, também, o desejo de ver a sociedade que vivemos tornando mais reais aquelas relações sociais que, hoje, ainda se encontram na Ilha de Utopia e, portanto, em lugar algum que não seja nosso próprio desejo. Isso, em poucas palavras, significaria a superação dos nossos ideais iluministas e, com ela, a nossa noção do significado de conhecimento e da identidade daqueles que possuiriam cultura (ou a norma culta). Assim, fica a discussão sobre o sentido de alienação e a possibilidade de

deixarmos de lado a fantasia de que a construção do comunismo passa pela construção de uma classe média planetária. Assim, sonharia com organizações populares mais fortalecidas que possam dialogar em escala planetária e agir localmente sem que seus militantes tenham de, necessariamente, se tornar funcionários de confiança de algum partido no interior da máquina de Estado. E a AGB? Ora, gostaria que nossa gestão coletiva se tornasse exemplo para tantas outras organizações...

Como você vê o surgimento da Anpege e sua relação com a AGB?

Trata-se de um aprendizado para nós, os agebeanos. É preciso entender que uma entidade como a nossa jamais poderá dar conta de todas as questões colocadas pelos geógrafos e imaginar que a AGB deve ser a única entidade que nos congregue é reivindicar um controle centralizado da diversidade política que somos. Isso só pode levar a AGB a uma espécie de endurecimento político em nome de uma hegemonia que ela nunca teve e jamais terá.

A existência da Anpege, bem como de todas as demais entidades de geografia, só pode ser bem vinda, independente da possibilidade de seus dirigentes poderem advogar causas e procedimentos políticos que possamos abominar. Denunciemos as práticas, coloquemos em evidência as idéias, façamos do debate nossa melhor arma. A certeza que temos na justeza de nossas idéias não nos dá o direito de imaginar que nossa certeza seria mais certa se não tivesse de entrar em debate com outras tantas certezas.

Acho que assim poderemos continuar avançando nos próximos 30 anos.